

Pacientes com Aids

Agora, 02/12/2009

sofrem com a aparência

ESTUDO DA FIOCRUZ REVELA QUE PIORA NAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS TAMBÉM ESTÁ ENTRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS POR PORTADORES DE HIV

Estudo divulgado ontem, no Dia Mundial de Luta contra a Aids, aponta a piora das condições financeiras e da aparência física como os principais problemas enfrentados pelas pessoas que têm a doença no Brasil.

De um total de 1.260 pacientes entrevistados pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), 36,5% e 33,7%, respectivamente, consideram esses fatores as maiores perdas em decorrência da Aids.

A pesquisa Percepção da Qualidade de Vida e do Desempenho do Sistema de Saúde entre Pacientes em Terapia Antirretroviral no Brasil, apresentada pelo Ministério da Saúde, destaca também a discriminação social (20,9%) e a perda do emprego (20,6%) entre os principais problemas relacionados à infecção pelo HIV.

O estudo identificou ainda impactos do diagnóstico da Aids: 38% dos entrevistados avaliaram não ter tido ne-

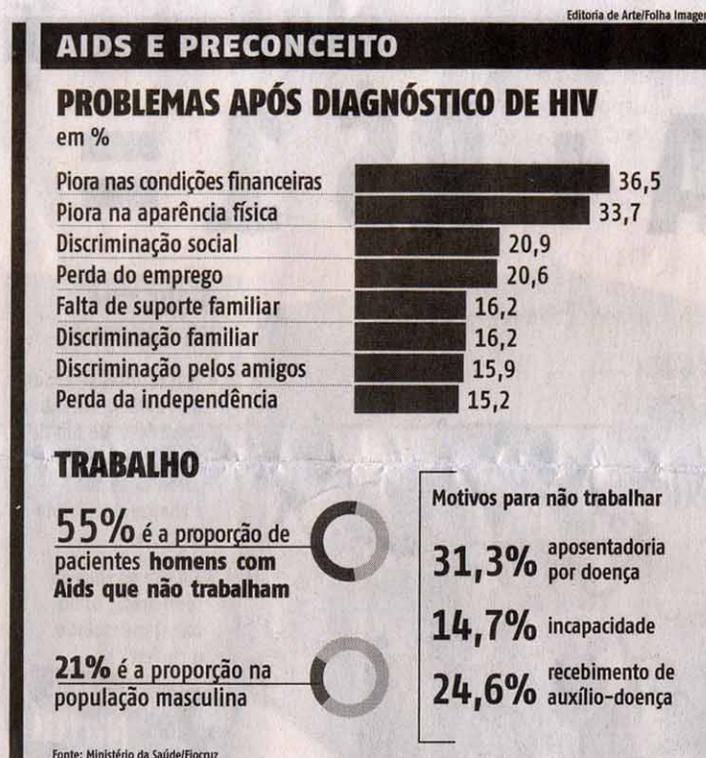
nhum ganho após a confirmação da doença, 43,5% disseram ter conseguido melhor assistência à saúde e 18,6% afirmaram ter mais acesso a suporte social.

A Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2006 indica que cerca de 67% da população brasileira com 18 anos ou mais têm rendimento mensal menor do que dois salários mínimos (incluindo todas as fontes de renda). A proporção encontrada entre os pacientes com HIV, de acordo com a Fiocruz, é semelhante —69%.

De acordo com o estudo da Fiocruz, os resultados indicam que, apesar de mais da metade dos brasileiros soropositivos se autoavaliarem bem de saúde, boa parte deles ainda não superou traumas psicológicos provocados pelo diagnóstico da Aids.

Legislação

A Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, é o único



texto legal de proteção ao portador do HIV no país e prevê somente a concessão de licença para tratamento de saúde, auxílio-doença ou aposentadoria, segundo a advogada especializada em direito do trabalho Eliane Ribeiro Gago.

A especialista afirma que não há nenhuma legislação

vigente que prevê a estabilidade no emprego ao portador do HIV e cabe ao juiz do trabalho a decisão de reintegrar funcionários demitidos.

"O fundamento dos magistrados para esse posicionamento é social, por ser necessário o exercício da atividade profissional para manutenção do empregado." (FOL)

Militantes protestam contra Emílio Ribas

Militantes de defesa dos doentes de Aids protestaram ontem no Instituto Emílio Ribas, em São Paulo, contra convênio firmado entre o hospital e a entidade privada Fundação Faculdade de Medicina.

O Emílio Ribas é referência em doenças infecciosas. Mas, sendo público, enfrenta demora e burocracia para fazer compras e receber doações. Com a intermediação da fundação privada, espera-se que isso seja superado.

Os militantes temem que a gestão seja terceirizada, e o pronto-socorro, fechado. Esperam discrepâncias salariais —funcionários contratados com alto salário pela fundação.

Segundo o diretor do Emílio Ribas, David Uip, "o atendimento será como sempre foi". O diretor da fundação, Flávio Fava de Moraes, diz que a entidade

será "subalterna" ao hospital.

De acordo com o presidente do Fórum Aids de São Paulo, Rodrigo Pinheiro, o Emílio Ribas é o hospital que mais atende pessoas com HIV na América Latina. "Estamos falando de um patrimônio do Sistema Único de Saúde e um símbolo de resistência e de resposta pública efetiva no Combate a Aids."

O convênio já foi autorizado pelo governador José Serra, em 12 de novembro. No entanto, para Pinheiro, a medida não foi discutida previamente com a comunidade, e o fórum prefere que o Emílio Ribas permaneça administrado diretamente pelo Estado, "com conselho gestor e com garantias da qualidade de assistência". "Isso não foi discutido com ninguém, veio de cima para baixo", afirmou. (FSP e FOL)